

TEXTO E ENSINO: ANÁLISE DA VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA NA NARRATIVA LITERÁRIA*

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
UFF

1. Introdução: a variação lingüística e seu ensino

Não se ignora que a variação é uma das características centrais da língua em uso. O agir lingüístico, especialmente o de um falante culto, é marcado pela constante variação: sobretudo variação de estilo (ou de registro) e variação de modalidade (falada e escrita), mormente pela seleção de itens lexicais diversificados e pela utilização de construções sintáticas alternativas. É neste domínio lingüístico que se caracteriza basicamente o saber uma língua num grau mais abrangente. O analfabeto não domina a modalidade escrita, porém, a sua fala acusa variação, restrita praticamente a uma variação estilística limitada.

A variação lingüística deve ser, pois, aspecto fundamental no ensino da língua materna. Na verdade, ela está presente em todos os conteúdos deste ensino: numa aula de leitura ou numa de produção textual (incluídas as participações orais dos alunos), a propósito de ocorrências gramaticais, lexicais e fonéticas em tipos de textos diversos. A importância do ensino de tal propriedade lingüística se torna mais premente, e complexa, numa sociedade atual como a nossa, neste limiar do século XXI, caracterizada pela intensa mobilidade, pela circulação de influências culturais diversas e pelo interrelacionamento constante entre variedades escritas e faladas.

O ensino bem orientado da variação – um sério desafio para as obras didáticas no século XXI – contribuirá decisivamente para os alunos irem percebendo e, aos poucos, virem a utilizar as múltiplas possibilidades que envolvem o uso efetivo da língua. Marcuschi (1997:75) observa, com razão, que “Já sabemos como lidar com a regra, mas não temos uma noção muito clara do que seja lidar com a variação intercultural, interpessoal e assim por diante. A variação integra e instaura diferenças que quando não bem-entendidas podem gerar discriminação e preconceito”. O ensino direcionado para a

* Texto apresentado ao III *Seminário Superior de Língua Portuguesa*, da Academia Brasileira de Filologia (21-25 de julho de 2003).

ampliação do saber idiomático em sua variação efetiva de uso, que não deixa de obedecer a certas normas, não pode significar, de modo nenhum, uma atenção menor do professor quanto ao domínio da variedade padrão por parte dos alunos, o que os privaria de uma participação mais plena em sua vida social e intelectual, afetando-lhes a competência de apreender e produzir textos na norma culta, o que lhes acarretaria, assim, irreparável prejuízo em sua ascensão social e cultural. A orientação do aprimoramento da língua materna em sua variação, não centrada apenas numa norma padronizadora, é que irá proporcionar, seguramente, a formação de falantes cultos reais, ou seja, falantes identificados como tais por saberem utilizar, com adequação, uma variedade de estilos ou registros que vai do mais formal ao mais informal, em função de suas necessidades de comunicação. Caberá ao professor mostrar ao aluno a necessidade que ele tem de atingir os estilos ou registros mais refletidos, de vez que os mais coloquiais ele já domina, na sua linguagem falada, sendo, contudo, papel da escola conscientizá-lo das condições de uso destes últimos. Não se nega, enfatize-se, a preocupação maior com a variedade padrão, mas o que se defende é um ensino que não se limite à prescrição de regras rígidas, que simplesmente sancionem ou vetem determinadas construções, já que “Na grande maioria dos casos, porém, o que existe é a possibilidade de escolha, por parte do falante, de um ou de outro uso, cada qual com suas implicações socioculturais, com sua posição na hierarquia de valoração e com seus especiais efeitos de sentido, resultando dessa escolha a submissão do falante ao julgamento de adequação de seu enunciado à situação de uso” (Neves, 2003:15).

O ensino da variação lingüística, com base em nossa longa convivência com professores do ensino fundamental e do ensino médio, é encarado com muita insegurança pela maioria dos docentes. Os manuais didáticos costumam referir-se à variação lingüística ainda com certos preconceitos, além de, não poucas vezes, ocorrerem discordâncias metalingüísticas entre os compêndios (o uso culto referido como dialeto ou como registro, o uso coloquial ora identificado com o popular, opondo-se ao uso culto, ora como informal, distenso, contrastando com o uso formal, refletido) e mesmo equívocos em suas considerações teóricas (como a oposição dicotômica, rígida, entre as modalidades falada e escrita, de sorte que formas refletidas seriam da escrita e as coloquiais, da língua falada do povo em geral). Mas, se o professor deve compreender e aceitar o fenômeno da variação, pode-se afirmar que a sua dificuldade maior reside em trabalhar com tal fenômeno no dia-a-dia da sala de aula. E é sobretudo neste ponto que os livros voltados para o ensino mais falham, pouco colaborando com o professor, quer fornecendo-lhe, em parte especial dos compêndios, fontes úteis à atualização dele, quer encaminhando sugestões pertinentes a respeito de como lidar sistemática e pedagogicamente com a variação. Assim é que ocorrências lingüisticamente expressivas a tal

respeito nos textos selecionados, merecedoras, pois, de serem comentadas pelo professor com a participação de seus alunos, não fazem parte em geral de exercícios que levem a discutir e a analisar tais ocorrências.

Sabe-se que a presença de textos de crônicas, às vezes com muitos diálogos, é bem freqüente nos livros escolares de Português. A justificativa para tal escolha se baseia na informalidade, ou simplicidade, deste gênero textual do tipo narrativo; ou seja, uma linguagem mais acessível aos alunos com o relato das coisas cotidianas. Assunto e linguagem aliados fizeram, na verdade, o sucesso da crônica no Brasil. No tratamento de tais textos, os manuais didáticos cometem com freqüência – arrastando os professores que se mostrem despreparados, desprovidos de juízo crítico – um equívoco e uma omissão.

O equívoco está em apresentar a crônica como um texto de linguagem informal ou de estilo ou registro espontâneo, distenso. Nada mais falso. O cronista, não pode o professor ignorar, não deixa de elaborar a linguagem literariamente e lhe dar transcendência. “Veja Nelson Rodrigues [...] Em Nelson, o futebol era quase pretexto, ele gostava mesmo era do jogo textual, cabecear e dar chutes com suas metáforas e hipérboles. [...] No espaço da crônica há uma troca de intersubjetividades. Aí o leitor entra em outra freqüência. Rubem Braga escrevia em FM, a sonoridade de sua frase e a melodia do pensamento têm função na comunicação. Na universidade, diriam que o colunista é denotativo, o cronista conotativo” (Sant’Anna, 1997:272). Em suma, na crônica tem-se um processo, maior ou menor, de elaboração literária e, ante tal processo, não há como falar em estilo ou registro informal. Não é a presença, nas crônicas, de palavras, expressões e recursos gramaticais ou fônicos de estilo tipicamente espontâneo que nos possibilitará falar em textos informais. O que se dá, em casos tais, de modo mais assíduo na fala dos interlocutores, residindo justamente aí a essência da arte literária, é o informal ou mesmo o bem popular refletido, elaborado pelo cronista para alcançar seu intento estético: o de criar a ilusão de uma fala real. “A literatura não é um *achado gramatical*, pondera bem Marcuschi (1997:61), mas uma força expressiva de usar as potencialidades da língua”.

Já a omissão dos compêndios escolares, no tocante aos textos das crônicas, está no freqüente silêncio de seus autores no encaminhamento da identificação e análise dos recursos linguísticos próprios da língua falada, dos de estilo informal ou ainda dos de nível vulgar. Perdem, deste modo, excelente oportunidade de estimularem a introdução, nas aulas de Português, de procedimentos de variedades diversas utilizadas pelos escritores, relacionando-os ao intento estético do autor.

Muitas vezes cria-se evidente descompasso entre a linguagem do texto de uma crônica (mesmo a do narrador, em muitos casos) e de outros tipos de

texto e a seção de gramática, que se atém à norma culta tradicional. O texto deixa de ser pretexto então para comentários ou classificações gramaticais, o que parece sinalizar para uma linguagem não recomendável, que não se deve adotar, quando a orientação lingüístico-pedagógica que visa a um ensino produtivo da língua seria a de identificar, legitimar e explicar as falas dos interlocutores, falas presentes no texto, graças justamente ao conhecimento da realidade lingüística por parte do escritor e ao seu hábil processo de elaboração da língua na ficção. Adotar-se-á assim uma perspectiva de ensino não circunscrita à análise de estruturas formais, mas voltada prioritariamente para o aspecto discursivo da linguagem como atividade sociointerativa, além de se poder refletir, como já se focalizou, sobre o entendimento da essência da linguagem literária.

Este artigo pretende especificamente procurar orientar como o ensino da variação lingüística pode processar-se na narrativa literária, valendo-se, para tal, de uma crônica. Não se ignora, evidentemente, que, ao longo do tempo, os escritores têm-se mostrado mais, ou menos, atentos à língua falada de suas épocas, valendo-se dela em nível de diálogo entre as personagens e em nível da própria narração, embora tal processo se manifeste muito mais acentuadamente na literatura de nossos dias. Escolheu-se a crônica, repisando, por sua presença constante nas nossas obras didáticas e para se evidenciar que, em sua linguagem leve, a elaboração lingüística se faz presente.

Selecionou-se um texto de Fernando Sabino (de 1960), autor muito freqüentemente selecionado pelos nossos manuais didáticos.

Albertine Disparue

Chamava-se Albertina, mas era a própria Nega Fulô: pretinha, retorcida, encabulada. No primeiro dia me perguntou o que eu queria para o jantar:

5 Qualquer coisa – respondi.

Lançou-me um olhar patético e desencorajado. Resolvi dar-lhe algumas instruções: mostrei-lhe as coisas na cozinha, dei-lhe dinheiro para as compras, pedi que tomasse nota de tudo que gastasse.

10 – Você sabe escrever?

– Sei sim senhor – balbuciou ela.

– Veja se tem um lápis aí na gaveta.

– Não tem não senhor.

15 – Como não tem? Pus um lápis aí agora mesmo!

Ela abaixou a cabeça, levou um dedo à boca, ficou pensando.

– O que é um *lapisa*? – perguntou finalmente.

20 Resolvi que já era tarde para esperar que ela fizesse o jantar. Comería fora naquela noite.

– Amanhã você começa – concluí. – Hoje não precisa fazer nada.

25 Então ela se trancou no quarto e só apareceu no dia seguinte. No dia seguinte não havia água nem para lavar o rosto.

– O homem lá da porta veio aqui avisar que ia faltar – disse ela, olhando-me interrogativamente.

– Por que você não encheu a banheira, as panelas, tudo isso aí?

30 – Era para encher?

– Era.

– Uê!...

35 Não houve café, nem almoço e nem jantar. Saí para comer qualquer coisa, depois de lavar-me com água mineral. Antes chamei Albertina, ela veio lá da sua toca espreguiçando:

– Eu tava dormindo... – e deu uma risadinha.

40 – Escute uma coisa, preste bem atenção –
preveni: – Eles abrem a água às sete da manhã,
às sete e meia tornam a fechar. Você fica atenta e
aproveita para encher a banheira, enche tudo, para
não acontecer o que aconteceu hoje.

45 Ela me olhou espantada:

– O que aconteceu hoje?

Era mesmo de encher. Quando cheguei já
passava de meia-noite, ouvi barulho na área.

– É você, Albertina?

– É sim senhor...

50 – Por que você não vai dormir?

– Vou encher a banheira...

– A esta hora?!

– Quantas horas?

– Uma da manhã.

55 – Só? – espantou-se ela. – Está custando a
passar...

* * *

– O senhor quer que eu arrume seu quarto?

– Quero.

– Tá.

60 Quarto arrumado, Albertina se detém no meio
da sala, vira o rosto para o outro lado, toda
encabulada, quando fala comigo:

– Posso varrer a sala?

– Pode

65 – Tá.

Antes que ela vá buscar a vassoura, chamo-a:

– Albertina!

Ela espera, assim de costas, o dedo correndo
devagar no friso da porta.

70 – Não seria melhor você primeiro fazer café?

– Tá.

Depois era o telefone:

– Telefonou um moço aí dizendo que é para o
senhor ir num lugar aí buscar não sei o quê.

- 75 – Como é o nome?
 – Um nome esquisito...
 – Quando telefonarem você pede o nome.
 – Tá.
 – Albertina!
- 80 – Senhor?
 – Hoje vai haver almoço?
 – O senhor quer?
 – Se for possível.
 – Tá.
- 85 Fazia o almoço. No primeiro dia lhe sugeri que
 fizesse pastéis, só para experimentar. Durante três
 dias só comi pastéis.
 – Se o senhor quiser que eu pare eu paro
 – Faz outra coisa
- 90 – Tá.
 Fez empadas. Depois fez um bolo. Depois fez
 um pudim. Depois fez um despacho na cozinha.
 – Que bobagem é essa aí, Albertina?
 – Não é nada não senhor – disse ela.
- 95 – Tá – disse eu.
 E ela levou para seu quarto umas coisas, papel
 queimado, uma vela, sei lá o quê. O telefone tocava.
 – Atende aí, Albertina.
 – É para o senhor.
- 100 – Pergunte o nome.
 – Ó.
 – O quê?
 – Disse que chama Ó.
- 105 Era o Otto. Aproveitei e lhe perguntei se não
 queria me convidar para jantar em sua casa.

* * *

- Finalmente o dia da bebedeira. Me apareceu
 bêbada feito um gambá, agarrando-me pelo braço:
 – Doutor, doutor ... A moça aí da vizinha disse
 que eu tou beba, mas é mentira, eu não bebi
 nada... O senhor não acredita nela não, tá com
 ciúme de nós!
- 110

Olhei para ela, estupefato. Mal se sustinha sobre as pernas e começou a chorar.

115 – Vá para o seu quarto – ordenei, esticando o braço dramaticamente. – Amanhã nós conversamos.

Ela não fez caso. Senti-me ridículo como um general de pijama, com aquela pretinha dependurada no meu braço, a chorar.

120 – Me larga! – gritei, empurrando-a. Tive logo em seguida de ampará-la para que não caísse: – Amanhã você arruma suas coisas e vai embora.

125 – Deixa eu ficar... Não bebi nada, juro!

Na cozinha havia duas garrafas de cachaça vazias, três de cerveja. Eu lhe havia ordenado que nunca deixasse faltar três garrafas de cerveja na geladeira. Ela me obedecia à risca: bebia as três, comprava outras três.

130 Tranquei a porta da cozinha, deixando-a nos seus domínios. Mais tarde soube que invadira os apartamentos vizinhos fazendo cenas. No dia seguinte ajustamos as contas. Ela, já sóbria, mal ousava me olhar.

135 – Deixa eu ficar, pediu ainda, num sussurro. – Juro que não faço mais.

Tive pena:

140 – Não é por nada não, é que não vou precisar mais de empregada, vou viajar, passar muito tempo fora.

Ela ergueu os olhos:

– Nenhuma empregada?

145 – Nenhuma.

– Então tá.

Agarrou sua trouxa, despediu-se e foi-se embora.

(Fernando Sabino. *O homem nu*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Autor, [s/d], p. 175-179).

2. O ensino da variação lingüística com base numa crônica

O texto coloca frente a frente dois interlocutores de posição sociocultural bem diferente: de um lado, um homem de boa instrução, bem situado na vida; de outro lado, uma mulher extremamente humilde, sem trato social. Estabelece-se entre eles, na narrativa, uma relação de poder entre patrão e empregada doméstica. O patrão exerce o papel de narrador de primeira pessoa, desdobrando-se, pois, em sujeito da narração e elemento que age na ação narrativa, dialogando com a outra personagem. É através das manifestações do narrador que se fica sabendo mais sobre comportamentos e acontecimentos em que se envolvem as personagens. Como seria de esperar, a variável social (grau de escolaridade) será a responsável maior pela variação de comportamento lingüístico das personagens.

No discurso de Albertina, seu perfil social aparece marcado lingüisticamente pelas seguintes principais ocorrências:

- “– O que é *lapisal*?” (l. 18): estranheza ante a seqüência fônica ouvida, reveladora de uma interlocutora com dificuldades de apreensão verbal. Observe-se que o emprego de dêiticos junto a nomes serve também para expressar este problema de Albertina, como nesta passagem (l. 73–76): “– Telefonou um moço aí dizendo que é para o senhor ir num lugar aí buscar não sei o quê. // – Como é o nome? // – Um nome esquisito...” Note-se por fim que a má apreensão da palavra falada se faz presente desta outra maneira (l. 100–104): “– Pergunte o nome. // – Ó. // – O quê? // – Disse que se chama Ó. // Era o Otto”.
- “– O homem lá da porta” (l. 26), “A moça aí da vizinha” (l. 108): a utilização de dêiticos, junto a certos nomes, a manifestar também limitação vocabular: o porteiro e a empregada, respectivamente.
- A ocorrência da forma *beba* (l. 109), em contraste com a forma *bêbada* (l. 107) do discurso do narrador, caracterizadora de falantes de baixa escolaridade, dentro da tendência a serem reduzidas, na variedade popular, a paroxítonas as palavras de acentuação proparoxítona, por perda de um ou mais de um segmento fônico, como *lampa* (*lâmpada*), *figo* (*fígado*), etc. (Lemle, 1978: 65-66)
- “– Sei sim senhor” (l. 11): resposta, com o pronome de tratamento em final de frase, bem típica de uma pessoa humilde ante pessoa mais graduada.
- “– Não tem não senhor...” (l. 13), “– Não é nada não senhor” (l. 94), “– O senhor não acredita nela não” (l. 110): outra característica da variedade popular, ou seja, um reforço da negação em final de frase, reforço a que se pode pospor o pronome de tratamento. Note-se que o pronome de tratamento em início de frase ocorre quando esta prossegue: “– O senhor não acredita nela não, tá com

ciúme de nós!” (l. 110–111). E mais: correlaciona-se, no mesmo turno de fala, a outro pronome de tratamento que começa esta fala de Albertina: “– Doutor, doutor...” (l. 108)

- *Tá*: forma que ocorre sozinha repetidas vezes na fala de Albertina como resposta e como anuência à fala do patrão, a traduzir o desconhecimento dela de outras variantes da língua a serem empregadas em tais interações lingüísticas (exceto em “– Então tá.”, último turno de fala da crônica, l. 144). A forma ocorre ainda em outro contexto verbal (“– tá com ciúme de nós!”). Aparecem também, no texto, *tou* (“– A moça aí da vizinha disse que eu tou beba” (l.109-110) e *tava* (“– Eu tava dormindo”, l. 37), o que sinaliza que, no dialeto de Albertina, ou no seu nível de língua, só se utilizam as formas verbais abreviadas. Um falante culto vale-se de tais formas em situações distensas, sendo já, pois, para ele, formas de estilo ou registro de língua.
- “– Deixa eu ficar” (l. 124): numa pessoa de menor escolaridade, tal construção é também de nível de língua; já para a pessoa culta é de estilo de língua, pois certamente domina a outra construção “Deixe-me ficar”, de que se vale em situações mais formais.

No discurso do patrão, seu nível sociocultural teria de manifestar-se lingüisticamente bem diferente do de Albertina, o que se dá sobretudo pela ausência das marcas examinadas caracterizadoras do discurso da interlocutora. A ocorrência de um *tá* (l. 95) em sua fala tem uma explicação distinta: aparece utilizada por um intento de imitação, com certa irritação, ante o discurso da empregada, reiterada a forma seis vezes por Albertina nos últimos turnos de fala mantidos pelas duas personagens.

O discurso do patrão se mantém, em geral, numa variedade comum, ou seja, num dialeto social que atende tanto aos falantes cultos como aos falantes com menor grau de escolaridade (Preti, 1997:17). Mais típicas do falante culto registramos as seguintes ocorrências:

- o emprego da forma verbal em – *ria*: “– Não seria melhor você primeiro fazer café?” (l. 70)
- o uso do *haver*: “– Hoje vai haver almoço?” (l. 81)
- a utilização da locução *tornar a fechar*: “– às sete e meia tornam a fechar.” (l. 41)
- o recurso ao subjuntivo, a expressar comando, mantida a terceira pessoa: “– Escute uma coisa, preste bem atenção” (l. 39)

Observe-se ainda que: a) ao lado do *haver* impessoal, registra-se também, no discurso do patrão, o *ter*: “– Veja se tem um lápis aí na gaveta.” (l. 12); “– Como não tem?” (l. 14), o que revela a oscilação, bem documentada, já por volta dos anos 60, entre a norma culta tradicional e o uso cada vez mais comum do *ter* no Brasil, mesmo entre os falantes cultos, mormente em situações menos formais; b) ao lado do “– Escute uma coisa, preste bem atenção”, com as formas verbais na mesma pessoa, constata-se também no discurso do patrão: “–Atende aí, Albertina.” e “– Pergunte o nome.”(l. 98 e 100); ou seja, mistura de tratamento perfeitamente explicável, pois freqüente num diálogo rápido e curto, numa linguagem distensa. Outra ocorrência em que se constata também a mistura de tratamento entre a segunda e a terceira pessoas merece comentário diferente: “– Me larga! – gritei, empurrando-a. Tive logo em seguida de ampará-la para que não caísse: – Amanhã você arruma suas coisas e vai embora.” (l. 120–123). Registra-se, nesta passagem, além da mistura de tratamento, o emprego do clítico em início de período. Os dois fatos sintáticos se mostram igualmente adequados à situação interativa vivida: diante da insistência de Albertina, o patrão vive momento de exasperação, informado pelo próprio narrador (“gritei”, “empurrando-a”), o que leva a personagem em seu discurso a valer-se dessas marcas de uma fala bem espontânea. Recuperado um pouco de sua exaltação, vem a utilizar o pronome *você*, a forma comum de seu dialeto.

A análise das variações de comportamento linguístico das personagens pode ser feita também tomando-se como base as suas variáveis psicológicas. Assim, ao longo do texto de Sabino, o narrador de primeira pessoa, que se envolve como personagem da história que está narrando, vai nos informando sobre o perfil psicológico de Albertina: “(Albertina) vira o rosto para o outro lado, toda encabulada, quando fala comigo” (l. 61–62) ou “Ela espera, assim de costas, o dedo correndo no friso da porta.” (l. 68 – 69). O narrador evidencia deste modo o caráter extremamente retraído da personagem, o seu desconforto social na relação com o patrão, o que pode explicar, em parte, a contenção de suas falas.

Pela fala do narrador, fica-se informado também do perfil psicológico da personagem patrão: sua tolerância (“– Amanhã você começa – concluí. – Hoje não precisa fazer nada.”)(l.21–22), o seu sentimento de pena em relação à Albertina (“– Não é por nada não, é que não vou precisar mais de empregada, vou viajar, passar muito tempo fora.” (l. 138–140), que se manifestam através de uma linguagem amistosa, e ainda seus momentos de exasperação ou irritação (como o “Me larga!” já comentado, e também o *Tá*, igualmente analisado, e certamente o “– Faz outra coisa.”(l. 89), em que a irritação – “Durante três dias só comi pastéis.”, l. 85–86 – o leva também a uma linguagem mais direta com a sua interlocutora, optando então pela segunda pessoa).

Por fim, é possível estabelecer o perfil social e psicológico do próprio narrador através das informações e comentários transmitidos aos leitores ao longo do texto, o que facilita avaliar a coerência lingüística de seu discurso com as suas falas como personagem. O seu perfil social torna natural para os leitores o seu compromisso com a tradição normativa. A presença desta tradição pode ser exemplificada com ocorrências como estas:

• **emprego de tempos e formas verbais:**

“Comeria fora naquela noite”(l. 20)

“Eu lhe havia ordenado” (l. 126)

“... soube que invadira os apartamentos vizinhos” (l. 131 – 132)

• **regências verbais:**

“Pedi que tomasse nota de tudo”(l. 9)

“No primeiro dia lhe sugeri que fizesse pastéis” (l. 84 – 85)

• **verbo *haver* no sentido de existir:**

“não havia água” (l. 24)

“Não houve café, nem almoço” (l. 33)

“havia duas garrafas de cachaça” (l. 125)

• **vocabulário mais amplo, de menor uso na linguagem corrente:**

“Mal se sustinha sobre as pernas” (l. 112–113)

• **ênclise pronominal:**

“Antes que ela vá buscar a vassoura, chamo-a” (l. 66)

“Tranquei a porta da cozinha, deixando-a nos seus domínios.” (l. 130–131)

“Agarrou sua trouxa, despediu-se e foi-se embora.” (l. 145–146)

• **estruturas léxico-sintáticas:**

“Lançou-me um olhar patético e desencorajado.” (l. 6)

“o dedo correndo devagar no friso da porta.” (l. 68-69)

“Ela, já sóbria, mal ousava me olhar.” (l. 133-134)

Observa-se, no discurso do narrador, uma única ocorrência de clítico em início de período: “Me apareceu bêbada feita um gambá” (l. 106-107). Esta colocação proclítica se deve certamente ao contexto verbal em que ocorre: na

oração em que aparece, a expressão feita, bem popular, “bêbada feito um gambá”, a ênclise certamente soaria destoante. No léxico, há o emprego do verbo *encher* com o valor semântico que tem na linguagem popular de “perder a paciência” (l. 46): “Era mesmo de encher.” A explicação a ser dada parece clara: depois das instruções precisas passadas pelo patrão para Albertina, em cuja fala ocorre o verbo *encher*, com o seu sentido de “ocupar todo o espaço de”: “Você fica atenta e aproveita para encher a banheira, enche tudo” (l. 41-42), o narrador, ante o espanto de Albertina, se envolve como se fosse a personagem da história, toma a palavra e assume a sua incontida irritação ante o leitor, proferindo então a frase com o verbo *encher* com o sentido que tem na linguagem popular.

O processo literário do texto de Fernando Sabino, evidentemente, persegue a realidade conversacional a fim de o leitor se sentir envolvido pela ilusão de estar ouvindo uma narrativa falada. Reforça lingüisticamente tal ilusão o recurso a traços de oralidade, num sutil trabalho da linguagem pelo escritor, como a presença de marcadores conversacionais: *uê* (l. 32) e o próprio *tá* equivalente a “sim”, “claro”, “pois não”. Interessante observar um outro recurso que visa a reconstruir, no texto, a situação inerente à língua falada: “– Por que você não encheu a banheira, as panelas, tudo isso aí?” (l. 28-29). O emprego do dêitico *aí* como que torna possível a visualização do olhar diretivo do falante, voltado para certos objetos presentes em uma situação real. A predominância, nos diálogos, de frases curtas, com raras estruturas subordinadas, e a presença de repetições servem para representar bem o movimento e o ritmo próprios de uma narrativa falada.

3. Concluindo:

Neste artigo sobre texto e ensino da variação lingüística na narrativa literária, procurou-se ilustrar o tratamento que tal tema pode merecer nas aulas de Português, especialmente as do ensino médio. Enfatizaram-se dois pontos: o primeiro deles, a natureza do texto literário, passo primeiro para o professor lidar compreensivamente com o problema da variação lingüística nele ocorrente. O objetivo precípua do texto literário, como se viu, é de ordem estética, por isso mesmo o escritor tem a liberdade de poder valer-se, mesmo na fala do narrador, da utilização da língua em suas diversas variedades (lembremo-nos, na atualidade, de muitas crônicas de um Veríssimo ou de muitos contos de um Rubem Fonseca). Não caberá, pois, ao professor censurar, desaproveitar ou simplesmente aceitar uma forma ou uma construção, mas explicar a ocorrência textual, atento à intenção estética do autor, quer na própria construção do discurso do narrador, quer na construção da fala de uma personagem, quer na

construção de diálogos em várias situações interativas. Mas ainda que, no processo literário do texto, o autor dê voz a um narrador com baixo nível social, não se pode perder de vista que tal texto é o resultado lingüístico de uma narrativa por demais elaborada a exigir do autor acurada observação e mesmo certa vivência da língua popular (Preti, 1984:98). Na verdade, o texto literário, não só o do soneto, o da poesia épica e o das narrativas cuja linguagem se coaduna com o padrão lingüístico que sempre se considerou como padrão da linguagem literária, merece a classificação dada por alguns lingüistas, quanto ao grau de formalismo, de hiperformal (Bowen, 1966:39), mas também o texto literário em que o escritor envereda, para retratar um submundo social, pelo dialeto vulgar, com seu vocabulário às vezes obscuro e as mais flagrantes discordâncias no tocante à sintaxe do dialeto culto, num narrar, pois, de extrema dificuldade, não merece menos ser tido como hiperformal. Cabe ao professor trabalhar com textos diversificados também quanto ao nível lingüístico do narrador literário.

O segundo ponto que se enfatizou neste artigo, conseqüência do primeiro, é a oportunidade que o professor de língua materna não deve perder de analisar lingüisticamente a narrativa literária em sua variação; assim, muitos recursos explorados pelo autor como narrador, mormente nos diálogos, são em essência da língua falada: os marcadores conversacionais, as repetições, as frases interrompidas, procedimentos de reformulação, mudanças rápidas de tópico... Introduzir-se-á deste modo, e de maneira significativa, pois utilizada por escritores, o estudo da língua falada nas aulas de Português, desmitificando, conseqüentemente, a soberania com que a língua escrita impera no ensino da língua materna (não lhe negamos, evidentemente, a primazia que deve ter na escola e, em relação a ela, a preocupação maior com o domínio da variedade padrão). Apenas, entendemos que levar os alunos a refletir sobre os recursos da língua falada presentes nos textos escritos, relacionando-os a cada situação de fala, só tornará o ensino mais produtivo e a relação entre fala e escrita mais dinâmica, vale dizer, menos dicotômica.

Referências bibliográficas

- BOWEN, J. Donald (1966). "A multiple register approach to teaching English" *In: Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Centro de Lingüística Aplicada/Instituto de Idiomas Yázigi, v. I, nº 2, p. 35-44.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2003). *Guia de uso do Português; confrontando regras e usos*. São Paulo: UNESP.
- MARCUSHI, Luiz Antônio (1997). "Concepção de língua falada nos manuais de Português de 1ª e 2ª graus: uma visão crítica" *In: Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas – SP: UNICAMP, 30, p. 39-79.
- PRETI, Dino (1984). "Níveis lingüísticos do narrador literário" *In: Preti, Dino. A gíria e outros temas*. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp, p.91-102.
- _____. (1997). "A língua falada e o diálogo literário" *In: Preti, Dino (org). Análise de textos orais*. 3ª ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH, p. 215-228.
- _____. (1997). "Mas, como devem falar as personagens literárias". *In: Revista da ANPOLL*. São Paulo: USP, 3, p. 43-61.
- _____. (1998). "Oralidade e narração literária" *In: Revista da ANPOLL*. São Paulo: USP, 4, p. 81-96.
- SANT'ANNA, Affonso Romano (1997). "Teoria da crônica" *In: A vida por viver*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 271-274.